

in Brazil has emerged and undergone a discursive boom across political, academic, and media spheres. In the fourth and final section, I present the notion of feminist potency as a desiring capacity and Brazilian counter-hegemonic approaches to financial education, highlighting some that, in different ways, are aligned with diverse feminist frameworks. Drawing on feminist pedagogies, I reflect on possibilities for disobedience to financial logic within and beyond educational institutions. Based on feminist critiques of debt, I question its moralization and the stigma surrounding poor credit scores. I analyze the case of Feirão Limpa Nome, a massive debt renegotiation initiative by Serasa, as a means to deconstruct the binary logic of benevolent creditor versus irresponsible debtor. Ultimately, considering the differential expropriation faced by many, I underscore the urgency of producing and disseminating disruptive knowledge in this field.

Keywords: Financial Education. Feminism. Indebtedness.

1 Introdução

Na contemporaneidade, tem-se uma inflação de convocações à educação, que passa a ser considerada instância atinente à resolução de problemas sociais de diferentes ordens. Assim sendo, cabe dizer que, na conta da educação, muito se credita e também se debita: investir em educação é dito bem aplicar recursos, pois esses se converterão em ganhos, em rendimentos futuros para indivíduos, empresas, instituições e países, uma vez que todos esses se tornarão mais produtivos e competitivos. À falta de educação são atribuídas perdas e/ou déficits – de oportunidades, renda, conhecimentos, crescimento, progresso etc.

Ao iniciar lançando essa concepção de educação, tecida com expressões e compreensão econômico-financeira, hoje tão difundida a ponto de estar naturalizada, tive dois propósitos. Por um lado, realçar como estamos sendo atravessados pela racionalidade neoliberal financeirizada, que intenta fazer valer a lógica do capital em todas as dimensões da vida. Por outro, remeter a um tipo de educação que vem sendo decantada como via para as pessoas prosperarem, mas que lhes faltaria: a educação financeira. Quanto a essa, no título já assinalo que seu discurso *mainstream*, astutamente, não leva em consideração as precarizações e expropriações que sobrevêm hoje – perpetradas justamente por esta dobra contemporânea do capitalismo. Nesse âmbito, afirma-se que problemas financeiros são decorrentes desta falta (as pessoas não saberiam e precisariam aprender a bem gerir seu dinheiro) e concernem ao próprio indivíduo, responsável por superá-los e buscar melhorar sua condição de vida.

Ante o exposto, entendo ser crucial perspectivar a educação – tanto em sentido amplo como em sentido financeiro – a partir de referenciais que não estejam alicerçados na lógica econômica, mas que abram espaço para transgressões, como propõe bell hooks (2020). A autora defende uma prática pedagógica produtora de engajamento crítico, que tenha como ênfase o bem-estar. No caso da educação financeira, acredito que isto passa pela construção de alternativas não individualizantes e/ou meramente instrumentais, de projetos que convidem a perguntar e pensar sobre o nosso viver coletivo e diferencial no mundo.

Para tanto, uma educação feminista apresenta-se como horizonte potente. Sara Ahmed (2022) entende que criamos ideias feministas para dar sentido ao que persiste; conforme a autora, essas não se produzem à distância, mas são “resultado de nossa participação em um mundo que muitas vezes nos deixa de fato perplexas” (Ahmed, 2022, p. 27). Essa compreensão articula-se à concepção de saberes localizados, de Donna Haraway (2009): trata-se de conhecimentos parciais, críticos aos eixos de dominação, que se conectam a outros saberes. Em sintonia, Eloisa Aguirre *et al.* (2024) pontuam que modos sentipensantes de estar no mundo,

forjados por movimentos feministas latino-americanos e caribenhos em contextos de lutas, deram corpo e abriram questões às pedagogias feministas. Destaco uma, relevante ao tema em análise neste ensaio: “como as pedagogias feministas estimulam modos feministas de desobediência dentro e fora das instituições educacionais?” (Aguirre *et al.*, 2024, p. 10).

Atualmente, no Brasil, a difusão da educação financeira *mainstream* acontece tanto em contextos escolares quanto em espaços midiáticos, com expressiva propagação nas redes sociais. Sem dúvida, o que se chama popularmente de finanças atravessa nossas vidas – por meio de processos cifrados, que desconhecemos –, gerando impactos deveras significativos, e até mesmo deletérios, tanto materiais quanto subjetivos. Contudo, por seu caráter, o tipo de educação financeira que temos não contribui para melhor entender e criticar esses processos, tampouco para fissurar o sistema no qual estamos imersos. Pelo contrário: respalda-o e aprofunda-o.

Neste ensaio, objetivo trazer referências e levantar discussões para sermos mais desafiadores e desobedientes em relação às finanças. Pergunto-me se podemos, com iniciativas de educação financeira contra-hegemônicas, lançar questionamentos que perturbem o capitalismo neoliberal financeirizado. A fim de convidar à reflexão, inicialmente, apresento análises de autoras feministas acerca daquilo que enfrentamos hoje; na sequência, compartilho incômodos, indagações e conhecimentos que fui tecendo ao longo de mais de quinze anos pesquisando temáticas como consumo, crédito e endividamento e sua articulação à produção de subjetividade e sustentação do capitalismo neoliberal financeirizado. Na seção posterior, mostro como a esfera da educação financeira, de praticamente inexistente em nosso país, se constituiu e conheceu uma explosão discursiva nos últimos anos – como política, na academia e na mídia. Início a quarta seção trazendo a noção de potência feminista como capacidade desejanste, de Verónica Gago (2020), e questões acerca da díade crédito-dívida; prossigo com a apresentação de perspectivas de educação financeira contra-hegemônicas propostas e/ou realizadas no Brasil, focalizando algumas que se articulam a diferentes feminismos. Depois, à luz das pedagogias feministas, reflito sobre possibilidades de desobediência à lógica das finanças dentro e fora das instituições educacionais. Na sequência, a partir de contestações feministas quanto à questão da dívida, problematizo sua moralização e o estigma do nome sujo e enfoco o empreendimento Feirão Limpa Nome da Serasa para desconstruir a dicotomia entre credor benevolente e devedor irresponsável. Por fim, tendo em vista a expropriação diferencial que muitos sofrem, sublinho a importância de produzir e compartilhar conhecimentos disruptivos neste âmbito.

Cabe ainda assinalar que, no âmbito das perspectivas críticas ou contra-hegemônicas, apesar de pontuais, existem projetos com abordagens decoloniais e/ou antirracistas; no que diz respeito à articulação entre educação financeira e feminismos, o panorama é, ao mesmo tempo, paradoxal, rarefeito e também muito potente. São movimentos relativamente recentes na academia, mas acredito tratar-se de uma esfera a disputar – e transcender, pois, em função das plurais e profundas implicações da financeirização hoje, um debate problematizador precisaria transversalizar a educação em sentido amplo.

2 Acerca do presente e do que sobreveio em um percurso de pesquisas

Atualmente, o nefasto espriamento do neoliberalismo financeirizado impacta o conjunto da população, em especial mulheres e pessoas racializadas. Essa configuração tem sido concebida por autoras feministas como correlata ao “processo de *colonização financeira* da reprodução social”, conforme Silvia Federici, Verónica Gago e Luci Cavallero (2023, p. 10, *italico das autoras*), à expropriação generificada e racializada, como sublinha Jackie Wang

(2022), e ao extrativismo financeiro (Gago, 2020). Um eixo comum nessas análises é a discussão sobre a financeirização da vida, que, para Graciela Rodriguez e Paula Sarno (2023), perpassa diferentes âmbitos das atividades cotidianas mundo afora. Apesar de esse ser um processo complexo e multifacetado, uma prática pode ilustrar sua concretude: recorrer ao crédito, de expediente uma vez excepcional, hoje responde ao mais ordinário da vida; o crédito já não é buscado (somente) para comprar um refrigerador, mas também a comida a ser posta na mesa.

Assim sendo, a chamada economia da dívida não para de avançar; do microcrédito ao cartão de crédito, dentre plurais modalidades, se verifica uma espiral crescente que vai de uma dívida pequena para outra maior, como mostra Silvia Federici (2022). Vários fatores se conjugam para tanto: insuficiência de salários; rendas ou benefícios sociais para fazer frente ao que é preciso para bem viver; desmonte progressivo dos serviços públicos básicos, tornados mercadorias à venda; fomento à inclusão social via consumo, viabilizado pelo crédito; elevadíssimas taxas de juros etc. Nesse contexto de endividamento generalizado, o controle dos corpos, do trabalho e do futuro se alastra e amplifica.

Resistindo, marcando posição e oposição, autoras feministas cujo trabalho inspira e transversaliza este ensaio têm aberto problematizações que convocam e dão sustentação para sublinhar-se a necessidade e a urgência de desenvolver saberes – e travar lutas concretas, no cotidiano – em relação às questões financeiras, bem como a abordagens e fazeres que coloquem em xeque o capitalismo. Igualmente movida por essas questões, uma vez que nossas posições no mundo são localizadas e trazem implicações, passo a abordar pontos que persistem e articulam-se nos estudos e na rede de problematizações que venho tecendo há vários anos.

Pesquisa no campo da Psicologia Social tendo como temática mestra a constituição subjetiva na contemporaneidade. Por isso, ainda na primeira década do século XXI, me interessavam os temas da mídia e da publicidade. Em estudo sobre essa última feita junto ao Procon, a sua coordenadora o associou ao superendividamento do consumidor, que estava em franca expansão: a publicidade despertava o desejo de comprar muito além do necessário, o que levava às dívidas. Incomodou-me a noção correlata de consumo supérfluo, por impulso ou compulsivo, a psicologização de uma questão social. Fiquei pensando: em vez de supor uma psicopatologia disseminando-se, não seria mais pertinente atentar ao molar, ao sistêmico, a algo como consumo por empuxo, aos desejos produzidos justamente para fazer comprar?

O Direito vinha se ocupando com o fenômeno do superendividamento e sua relação com o aumento exponencial da concessão de crédito; a Economia refletia sobre como o endividamento estava no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. Então, em diálogo com esses referenciais, escrevi problematizando a individualização do (super)endividamento à luz de discussões sobre a cultura do consumo e a chamada democratização do crédito (Hennigen, 2010). No estudo subsequente, junto com João Borges, entrevistei pessoas que enfrentavam esta situação, quase a totalidade enredada em dívidas por vicissitudes da vida; os resultados evidenciaram o quanto a individualização e a moralização atreladas ao superendividamento acarretavam sofrimento psíquico (Hennigen; Borges, 2014).

Posteriormente, em ampla pesquisa sobre publicidade do crédito, em parceria com Gabrielle Bonazza, um enunciado destacou-se, a saber: dívidas se pagam com dívidas. Esse figurava, por exemplo, no *folder* de uma empresa de crédito pessoal, que trazia: “O dinheiro do mês acabou e não deu para pagar suas dívidas? A Crefisa empresta!” (Hennigen; Bonazza, 2014, p. 232). Assim, plasmava-se o que percebíamos constituir um *looping* inescapável: sendo o dinheiro do mês (salário, aposentadoria, etc.) insuficiente (e assim era, cada vez mais), o

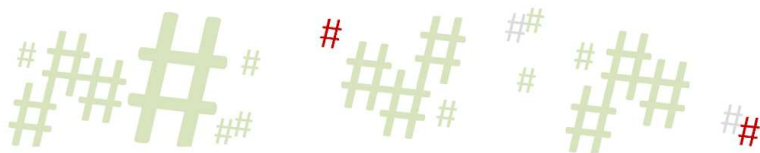
Então, com a crise dos empréstimos *subprime*, que eclodiu em 2007-2008 nos EUA e teve efeitos mundiais, e com a expansão expressiva da inclusão bancária em nosso país, estavam postas condições para a instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF (Brasil, 2010), que retomo mais adiante.

Buscando obter um mapeamento básico, lancei a expressão educação financeira, entre aspas, no Google Acadêmico e retornaram: entre 1990 até 2007 (antes da crise do *subprime*), 213 resultados; de 2008 a 2010, 352 resultados; e entre 2011 e 2024 (após a ENEF), aproximadamente 15.400 resultados, um crescimento impressionante em nosso país. Evidencia-se o quanto a academia passou a se ocupar com o tema. Cabe indagar: com quais abordagens? Não é o objetivo aqui fazer uma revisão sistemática de estudos. Uma série recente de trabalhos desse tipo, alguns referidos a seguir, possibilita depreender que há uma perspectiva *mainstream*. A partir de focos e expressões variadas, tem-se o seguinte encadeamento discursivo, que é circular: as pessoas não sabem lidar com dinheiro/finanças, isso gera problemas (em especial, endividamento) e torna-se obstáculo para a saúde financeira presente e futura, e assim se conclui que falta educação financeira (EF) – logo, implantá-la, para os mais variados segmentos sociais, é muito importante.

Jean Santos (2023) indica que ter EF nas escolas de ensino fundamental leva a resultados de longo prazo, mas essa ainda é escassa por falta de capacitação dos professores. Alcides Borges Neto e Eline Victor (2023) apontam a dificuldade de as pessoas gerirem suas finanças, bem como o aumento e o impacto do endividamento, e entendem que a EF no EJA funciona como uma ferramenta de inclusão. Josimauro Carvalho e Andreza Pereira (2023), focando o crescimento do endividamento em função da pandemia, afirmam que EF é indispensável, mormente para jovens, pois esses têm pouca experiência com o uso de recursos financeiros. Lucas Lima e Hugo Morais (2024) tomam em análise o endividamento de idosos, referem armadilhas financeiras com as quais se deparam (empréstimos consignados, principalmente) e indicam EF como ferramenta para melhor gerenciamento das finanças pessoais e prevenção do superendividamento. Por fim, em revisão de literatura sobre EF e mulheres, Ticiane Santos *et al.* (2023, p. 14591) afirmam que “a falta de uma base sólida de conhecimentos financeiros e consciência referente à educação financeira tem sido uma das principais causas de endividamento, má gestão financeira e problemas econômicos pessoais”.

As autoras do último artigo citam que mulheres enfrentam desafios específicos, como a desigualdade salarial; no estudo que focaliza os idosos, há menção à renda insuficiente para atender às necessidades básicas; no relativo aos jovens, é feita alusão aos altos e baixos do mercado de trabalho. Contudo, essas questões são mencionadas brevemente: não há uma discussão crítica, tampouco uma abordagem quanto ao capitalismo, à financeirização ou às precarizações e expropriações em curso crescente hoje. Apagamento que indicaria sua naturalização, como se fosse parte do jogo? Se assim for, a saída seria mesmo educar-se para melhor disputá-lo – máxima da racionalidade neoliberal?

Um elemento discursivo importante, que atravessa os escritos acima e também está muito presente em ações e divulgações de educação financeira nas mais variadas instâncias, é sua caracterização como essencial para que os sujeitos possam tomar decisões financeiras informadas, conscientes, responsáveis, mais equilibradas, eficazes, não precipitadas, dentre outros adjetivos correlatos. Assim, é fácil depreender que, em relação às finanças, os sujeitos são tidos – subjetivados – como irresponsáveis, desinformados, precipitados. Individualização e moralização: aquilo que persiste, com expressões semelhantes, desde meus primeiros estudos. Portanto, penso que aí reside uma luta a travar.



Embora a ENEF não seja referida diretamente em boa parte dos escritos e ações, cabe levantar algumas questões quanto à sua concepção e efetuação. O decreto que lhe instituiu, lançado no final do segundo governo Lula, trazia a “finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (Brasil, 2010). No Comitê Nacional de Educação Financeira a se formar, apesar da prevalência de atores do sistema financeiro, haveria espaço para outros representantes da sociedade civil. Além disso, estava indicada a constituição de um Grupo de Apoio Pedagógico que contemplaria entidades da Educação Nacional – vislumbre de alguma alteridade, talvez. Contudo, todos esses pontos caíram quando, em meio à pandemia, o governo Bolsonaro revogou o decreto original e lançou “a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País” (Brasil, 2020).

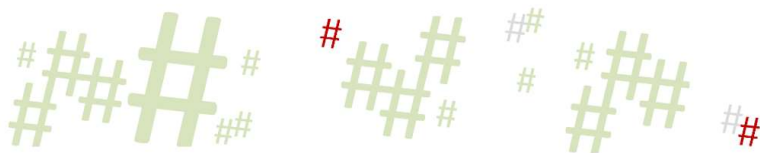
No âmbito da antiga ENEF, ações realizadas majoritariamente em escolas passaram a ser relatadas no seu site oficial, espaço que disponibilizava materiais didáticos elaborados para desenvolver EF nas diferentes etapas/anos dos ensinos fundamental e médio. Karla Saraiva (2017), a partir de análise dos sites brasileiro, estadunidense e francês, destaca que os dois primeiros enfatizam a responsabilização individual dos sujeitos pelas escolhas e decisões financeiras, enquanto o francês aborda mais aspectos molares, como o funcionamento da economia. Cumpre referir que, no pós-pandemia, em algum momento, o site saiu do ar. Pode-se supor que tenha sido em função de eventuais descompassos com a nova ENEF.

Neste sentido, Nora Krawczyk e Tatiana Oliveira (2021) registram que foi anunciado, no governo Bolsonaro, o Programa Educação Financeira na Escola, para a capacitação de 500 mil professores de educação básica, de modo a implantar a cultura da educação financeira no Brasil. As autoras entendem tratar-se de projeto disciplinador a se instituir, referindo que, para sua efetivação, a Comissão de Valores Mobiliários desenvolveria conteúdos e plataforma digital. Essa já existe² e tem-se agora, direta e explicitamente, o mercado financeiro concebendo e conduzindo a EF que se ensina nas escolas do Brasil.

Desde antes essa cultura já vinha sendo semeada em espaços além da escola. A temática também se difunde através de livros. Além dos *best sellers* globais, como *Pai Rico, Pai Pobre*, de Robert Kiyosaki, autores nacionais têm extensa produção. Dentre os mais vendidos estão: Gustavo Cerbasi, que publicou 16 livros, sendo que um foi convertido em trilogia de filmes (*Até que a sorte nos separe* – o primeiro filme foi lançado em 2012 e traz a história de um casal que desperdiça dinheiro e precisa aceitar conselhos de um consultor financeiro para contornar a situação); Thiago Nigro, que escreveu *Do mil ao milhão: Sem cortar o cafezinho*; e Natália Arcuri, que lançou *Me Poupe!: 10 passos para nunca mais faltar dinheiro no seu bolso*. Em comum, os autores são, há um bom tempo, muito ativos nas redes sociais, ora caracterizando sua atuação como educação financeira, ora como consultoria financeira e/ou de investimentos.

A cultura da educação financeira – e a ideia de que essa nos falta – espraia-se igualmente na grande mídia: o portal de notícias G1, da Rede Globo, veicula *podcasts* a este título desde agosto/2018, somando 310 publicações até agora. Finanças e entretenimento educativo também fazem aliança: além da trilogia de filmes referida acima, o *reality show Me Poupe!*, idealizado e conduzido pela jornalista Natália Arcuri, que começou em seu canal no YouTube, migrou para a televisão aberta em função do sucesso. Seu roteiro básico é: pessoas, identificadas como impulsivas e/ou viciadas em compras e/ou irresponsáveis, recorrem ao crédito, se endividam e perdem a noção do montante; dicas e orientações racionais são apresentadas para enfrentar/resolver a situação; o processo de corrigir-se é acompanhado. Recentemente, esta

² Seu endereço eletrônico é: <https://www.edufinanceiranaescola.gov.br/>.



disciplinar, pois se internaliza a inevitabilidade do endividamento, sendo esse um vetor privilegiado de expropriação racializada e generificada. Portanto, tomar essa questão em análise enquanto mote de lutas – colocar todos a pensar: afinal, quem mesmo deve a quem? – traz à luz o intrincado enredamento de processos que se quer fissurar e suplantar. Vivemos em meio a um aparente paradoxo: incitados a melhor ser/fazer/viver, temos crédito, mas facilmente caímos em descrédito, endividados nos tornamos, pois se trata de uma conjunção de demanda moral e mercadoria bem onerosa, difícil de pagar. Assim, giramos na roda deste mecanismo de controle, que é, a um só tempo, moralizante e financeiro.

Embora a díade crédito/dívida seja uma problemática que rasga o mundo, é pertinente retomar alguns aspectos de sua configuração em nosso país. No início dos anos 2000, após um governo identificado como neoliberal, a oposição assumiu no Brasil e políticas sociais de combate à pobreza foram efetuadas. Contudo, uma série de análises, como as de Lena Lavinas e Bruno Mader (2024) e Graciela Rodriguez (2020), aponta que a inclusão social verificada à época deu-se via consumo e, para tanto, foi fator determinante a expansão extraordinária da concessão de crédito, propagandeada como sua democratização. Em função disso, o endividamento avolumou-se. Conforme dados do Banco Central do Brasil, em 2005, a razão entre dívidas e renda familiar disponível era de 16,51%; em meados de 2023, alcançou 48,82%; portanto, em menos de 20 anos, o endividamento triplicou; relatórios de monitoramento nos últimos anos apontam que beira a 80% o número de famílias endividadas (Lavinas; Mader, 2024).

Em 2003, instituiu-se no Brasil o crédito consignado, modalidade na qual o tomador de crédito (servidor público, pensionista, aposentado pelo INSS e trabalhador CLT) autoriza a instituição credora a descontar as parcelas diretamente em folha de pagamento, o que torna o risco de inadimplência irrisório. Um filão de mercado assaz rentável, que colocou milhões de pessoas no circuito do crédito-endividamento; neste modelo, margem superior a 1/3 dos salários pode ser comprometida com o pagamento. Para os trabalhadores CLT, por envolver convênios caso a caso, tal modalidade de crédito não havia deslanchado até agora. As travas que existiam foram transpostas no mês de março de 2025 (informações do e-Social passaram a ser disponibilizadas para esse fim). A novidade foi assim anunciada: “Lula lança Crédito do Trabalhador: consignado barato ‘para sair do endividamento’” (Lula lança..., 2025). É a mesma ideia discutida antes, com uma variação: dívidas se pagam com dívidas mais baratas. Persistem a perplexidade e os questionamentos: como se sai do endividamento contraindo nova dívida? Que taxa de juros é considerada barata?

Após escutar, em 2021, o hoje Ministro da Fazenda, em entrevista, dizer que era preciso conceder crédito à população, Lena Lavinas (2021, p.3) foi direta e certa: “Crédito não é política social. É mecanismo de expropriação financeira da classe trabalhadora e das classes médias”. Tendo em vista o atual fomento renovado ao consignado CLT, em momento sensível como o que estamos enfrentando, é mais que evidente que a condução política sintonizada com o mercado financeiro segue firme.

Neste contexto crônico, que se agudiza, existem estudos e/ou práticas de educação financeira que se propõem a problematizar, de formas e com amplitudes diversas, o que venho denominando perspectiva *mainstream*. Karla Saraiva, a partir de análise do site da antiga ENEF, hoje desativado, propôs que a EF no Brasil fosse reapropriada pelo campo educacional e se constituísse enquanto uma educação em economia da dívida, de modo a produzir “um senso crítico em relação ao funcionamento do mundo contemporâneo” (Saraiva, 2017, p. 171). O que presenciamos é justamente o contrário, com atores do mercado ganhando mais terreno. Contudo, esse intuito ressoa em propostas alternativas atuais.

O propósito de tornar os indivíduos críticos em relação ao que oferecem as instituições financeiras e econômicas que fomentam a financeirização e neoliberalismo está na base da argumentação de Marco Kistemann Jr. (2024) quando defende uma EF humanista, que associe conhecimentos financeiros e não financeiros. Esse é um estudo, dentre vários, identificado com a noção de educação financeira crítica, que se vincula à esfera da educação matemática crítica. Nesse âmbito, o objetivo é educar os sujeitos para torná-los críticos de modo a reunir recursos (conhecimentos e habilidades) para melhor enfrentar o mundo capitalista. Em direção semelhante segue a tese de Adriana Lima (2023), que se pergunta como a EF pode auxiliar a população mais vulnerável, em especial mulheres, no enfrentamento aos desafios cotidianos no Capitaloceno.

Ainda no campo da matemática, perspectivas decoloniais têm possibilitado diferentes análises. Línlya Sachs e Luzia Fernandes (2024) problematizam a forma como a EF na escola é retratada na imprensa; seu horizonte é a construção de resistências aos modos de vida forjados pelo patriarcado, colonialismo e capitalismo. Já Humberto Teixeira Jr. e Gabriela Brião (2024) entendem que trabalhar novos saberes-fazer nas escolas constitui uma das etapas para a busca pela decolonialidade, o que inclui propiciar EF para todos. Para tanto, os autores ressaltam que essa precisa ter caráter multidisciplinar e não se resumir à matemática financeira, algo que é comum.

Decolonialidade e antirracismo se articulam nas proposições de alguns autores. Maurício Rosa e Arthur Powell (2024) entendem que um caminho para operar uma postura antirracista, em prol da justiça social, é realizar atividades de EF por meio da transposição de problemas. Assim, apostando no cinema como tecnologia política, com um olhar decolonial, os autores mostram como o filme *Doutor Gama* pode ser potente para provocar o pensamento quanto a racismo e mercado financeiro. Tamires Purificação e Cleber Costa Neto (2024), partindo das evidências do racismo estrutural no Brasil e da normalização das desigualdades amparada no discurso raso da meritocracia, problematizam a EF hegemônica e propõem uma antirracista. Em seu âmbito, para os autores, conferir visibilidade aos movimentos de auto-organização financeira realizados por coletivos ou pessoas negras ao longo da história brasileira não serviria só de inspiração, mas seria o próprio alicerce da EF antirracista na luta por superação das desigualdades, pois permitiria atentar para fazeres, necessidades reais cotidianas e projetos de vida de pessoas negras e periféricas. Cabe referir ainda que, em sua dissertação, Tamires Purificação (2022) aborda as vicissitudes da vida, identidade, ação política e econômica de mulheres negras; a pesquisadora, referenciando Sueli Carneiro, aponta como mulheres negras tinham séculos de vida de trabalho, estavam e seguem na base da pirâmide social e, portanto, não fazia qualquer sentido para elas a convocação de feministas para que as mulheres ganhassem as ruas e trabalhassem.

Experiências diferenciais de mulheres, perspectivas feministas e educação financeira: como eu havia apontado na introdução, sua articulação constitui quadro paradoxal, rarefeito e também potente. Sob a égide do conceito de relações de gênero e/ou do feminismo, um conjunto de trabalhos aborda, com base em dados estatísticos, práticas cotidianas ou somente referindo genericamente as indubitáveis, históricas e atuais desigualdades socioeconômicas existentes entre mulheres e homens. Contudo, paradoxalmente, as propostas para seu enfrentamento e superação – o que inclui iniciativas educacionais direcionadas às mulheres (jovens, idosas, de baixa renda, empreendedoras, camponesas, universitárias, endividadas, investidoras etc.) – ora conformam-se, mais ou menos, a visões *mainstream*, ora são abertamente combativas ao capitalismo neoliberal financeirizado.

No primeiro caso, estudos como o de Ticiane Santos *et al.* (2023) sublinham o menor acesso das mulheres à EF e ressaltam sua importância para fortalecer a presença de mulheres

nos negócios, promover o empoderamento financeiro feminino, a independência econômica e o bem-estar futuro. Já Gabriela Leal (2020), em revisão de estado da arte quanto à EF para mulheres, refere existirem abordagens instrumentais e críticas; a autora entende ambas como potencialmente benéficas e pontua a influência de organizações mundiais como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e das instituições financeiras na sua concepção. Cabe mencionar também o denominado “feminismo financeiro”, apresentado por Alessandra Medina (2019), cuja meta é a conquista de espaço para mulheres no mercado financeiro. Em função dos pontos defendidos neste conjunto de referências, cumpre indicar que se trata de propostas afeitas aos chamados feminismo liberal, progressista ou corporativo.

Essas são expressões que Cíntia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019) empregam para caracterizar e problematizar feminismos que não dizem respeito à maioria das mulheres. Incomodadas com este cenário, as autoras, para buscar responder às urgências do presente, lançam manifesto por um feminismo para os 99%, anticapitalista. Quanto ao clamor por um feminismo inclusivo e interseccional, Gago (2020, p. 236) também diz que, “ao assumir-se como crítica prática anticapitalista”, o feminismo torna-se mais inclusivo. Por este prisma, ou a partir desta posição ético-política, a articulação entre EF e feminismo tem caráter rarefeito, até onde pude mapear no momento, o que é um trabalho em curso. Contudo, acredito ser muito potente pelo que algumas feministas vêm mobilizando junto a certos coletivos de lutas.

A fim de discutir e desdobrar este ponto, retomo a noção de pedagogias feministas, trazida na introdução, e a referência ao estímulo feito às desobediências dentro e fora das instituições educacionais. Cabe lembrar que, no Brasil, as escolas estão sendo territórios-alvo de iniciativas de EF *mainstream*, como sublinham Krawczyk e Oliveira (2021). Para começar, há que se considerar que a educação escolarizada alicerçou o projeto disciplinar e, entre nós, constituiu uma tecnologia colonial. Assim sendo, foi fundamental para o capitalismo, e segue sendo operadora de lógica instrumental, fulcral para tornar mentes e corpos ajustados à racionalidade neoliberal financeirizada. Diante disso, indago-me: seria possível hackear a cultura da educação financeira conduzida pela mão do mercado, que vem adentrando as escolas, no sentido de subverter sua finalidade com e para devires anticapitalistas?

Sem dúvida, trata-se de empreitada muito difícil – mas como não colocar em disputa este espaço tão estratégico? Nesse sentido, ressoa a pergunta de Luiz Rufino (2021, p. 61): “a quem interessa e favorece a perda da escola como tempo e espaço de presença e luta cotidiana?” Para o autor, que acredita na potência da educação escolar para a quebra da lógica colonial, o conflito produtor de invenção e o tramar da esperança devem habitar a escola. Por seu lado, as pedagogias feministas transversalizam as lutas que se dão em meio aos mais variados contextos do viver cotidiano. Como poderiam se tornar operadoras do *hacking* da EF *mainstream* nas escolas?

Com esse propósito, é pertinente evocar alguns pontos que feministas têm levantado e, segundo considero, mostram-se assaz potentes para nutrir problematizações e iniciativas nos mais diferentes espaços que educam, inclusive em escolas e nas redes sociais digitais, a título de educação financeira: desconstruir a hegemonia do capital (Gago, 2020); operar, como propõe Rita Segato (2018), contrapedagogias da crueldade (patriarcal, colonial, racial) fomentando reciprocidade e produzindo comunidade; e imaginar novas configurações, projetos contra-hegemônicos, não só no que tange à economia, mas na sua relação com sociedade, natureza e política (Fraser, 2024).

Para a imensa maioria da população, processos e circuitos econômico-financeiros são cifrados em ambas as acepções: obscuros e resumidos a cifras. Com vista a torná-los mais

compreensíveis, por exemplo, uma matemática³ crítica, decolonial, antirracista e feminista pode buscar quebrar abstrações ao conectar conceitos e problemáticas, como juros compostos e dívidas, ao vivido pelos diferentes corpos, interseccionalmente marcados, no cotidiano. Assim, a produção de conhecimento possibilitaria a estudantes recursos/habilidades para lidar, a partir de uma perspectiva mais complexa, com o universo das finanças – algo importante, mas limitado, pois não o contesta. Para uma mudança mais substancial, são necessárias reflexões e problematizações quanto à sua centralidade e inevitabilidade na condução das nossas vidas e da política, o que, talvez, possa abrir conflitos e subverter o seu imenso poder de incidir e controlar corpos e futuros.

Neste sentido, Luci Cavallero e Verónica Gago (2024) mostram que, no âmbito do movimento de mulheres argentinas protagonistas do manifesto e clamor *Desendidadas Nos Queremos*, que perpassou os espaços das ruas, sindicatos e universidades, operou-se “uma pedagogia política feminista que consiste em *ir de las finanzas a los cuerpos* (*ir das finanças aos corpos*) e mostrar o funcionamento concreto da dívida em cada território” (Cavallero; Gago, 2024, p. 44). As autoras apontam que assim foi possível mostrar como a abstração financeira conecta-se à desvalorização e à negação de corpos que produzem valor, em particular corpos femininos, sob os quais a violência econômica recai de modo sistemático.

Para tanto, como propõem Cavallero e Gago (2021), a dívida precisou sair do armário. Então, cabe analisar: o que faz com que seja mantida em âmbito privado? Entendo que isso decorra do laço controlador e subjugador que ata dívidas à vergonha, culpa e autorresponsabilização, que faz as pessoas calarem sobre essas e tomarem para si a carga de ter que, como se diz no Brasil, honrá-las a qualquer custo. As autoras, ao caracterizar a dívida como um mecanismo de sujeição e servidão, retomam o pensamento de Friedrich Nietzsche, que identificou o mecanismo da dívida infinita, impagável (e sua tradução em termos de culpa cristã) como fundante na genealogia da moral. Uma vez que sua individualização e moralização tornaram-se tão arraigadas, buscar desconstruir este laço implica publicizar, lançar luz sobre as engrenagens que têm transformado milhões de pessoas – em boa parte mulheres e pessoas racializadas – em endividadas.

Nesta direção, com base em pesquisa com coletivos de mulheres de três estados brasileiros, Graciela Rodriguez (2020) mostra como os programas de ajuste estrutural foram devastadores, multiplicando carências na experiência das mulheres em nosso país. Essas, para a sobrevivência própria e familiar, na falta de políticas públicas, adotam estratégias como a ampliação de jornadas de trabalho, que é parcamente remunerado, e, a fim de suprir o essencial, recorrem ao endividamento. A autora ressalta que o crédito tem sido “cada vez mais destinado ao consumo de alimentos e, especialmente na região Norte, ao pagamento de dívidas com as empresas de água e energia” (Rodriguez, 2020, p.13).

Rodriguez (2020) recupera a denúncia da farsa do W20 (Women20), grupo de trabalho do G20 que, valendo-se de demandas feministas, acena, por exemplo, com empoderamento feminino ao propor e defender a inclusão financeira das mulheres – o que, para parcela cada vez maior, quer dizer simplesmente entrar no circuito das dívidas infinitas, impagáveis. O mais cruel é que a reputação de boas pagadoras coloca as mulheres na mira de instituições financeiras, com oferta de microcrédito para aquelas que se encontram em situação de pobreza, em regra agravando-a (Federici, 2022). Cumpre referir que, no Brasil, *fintechs* estão oferecendo microcrédito para trabalhadores informais e precários, naquilo que Érica Siqueira e Isleide

³ Cito a matemática porque no artigo referi trabalhos neste campo, mas o tema das finanças pode ser mote para o estudo de conteúdos que vão da geografia à literatura, talvez precisando mesmo deslizar entre áreas de conhecimento.

no processo interminável dos desembolsos parciais, teria pagado, com sobra, o valor principal acrescido dos juros, muitas vezes exorbitantes? Ou seria para pessoas com dívidas que, no comércio de passivos dentro do próprio mercado financeiro, já proporcionaram lucros/rendimentos expressivos aos credores? Ou seja, quem já foi expropriado?

Em qualquer caso, um efeito visado e esperado é o “resgate” da pessoa inadimplente – para ela poder voltar a se endividar. É recorrente a publicidade deste tipo de negócio anunciar: limpe seu nome, volte a ter crédito. Apesar de ser atividade contínua, em períodos especiais (início do ano escolar, época de Festas, entre outros), os ditos feirões e/ou promoções especiais ganham bastante divulgação na grande mídia – para alavancar vendas a crédito e aquecer a economia.

Há uma série de empresas, com suas linhas diretas e *apps*, cuja atividade é a chamada recuperação de crédito. Fundamental compreender e sentir que não se trata de generosidade, mas de um mercado e, como cresce muito, certamente é lucrativo. Nesta esfera, a Serasa, não raro, é tomada como órgão estatal. Afinal, é sabido que possui cadastro dos brasileiros com nome negativado. Contudo, não o é, e manter esse cadastro é somente uma das suas operações. Conhecer-la um pouco mais possibilita um vislumbre da sua extensão: até 2007, era uma empresa brasileira com controle detido por grandes bancos (Itaú, Bradesco e Unibanco); naquele ano, a multinacional Experian, atenta à demanda de crédito em mercados emergentes como o Brasil e querendo explorar este novo nicho, adquiriu o controle de 65% por US\$ 1,2 bilhões, noticiou Toni Sciarretta (2007) e, em 2012, mais 29% por R\$ 3,1 bilhões (Experian compra, 2012); hoje a empresa possui, de acordo com o que consta em seu site, o “maior banco de dados da América Latina” e oferece ferramentas como “PowerCurve Crédito” para empresas analisarem risco e concessão de crédito.

Evidencia-se que não há benevolência nas ações que promove, mas estratégias de negócios. Nesse sentido, pertinente referir que, em 2020, com a pandemia instalada no Brasil, os chamados birôs de crédito (como Serasa e SPC Brasil) criaram indicadores de vulnerabilidade para distinguir consumidores com base em dados como idade, local de trabalho e de moradia, cuja forma de utilização não é pública, pois “são modelos estratégicos para o negócio”, como assinala João Oliveira (2020).

Certamente o emprego desses dados instrumentaliza a concessão diferencial de crédito, ou seja, a variação nas taxas de juros, tornando-o mais caro justamente para pessoas associadas àquilo que é codificado como situações de vulnerabilidade. Pode-se inferir que essas são as moradoras de regiões periféricas, empobrecidas, com trabalhos mal remunerados, que acabam expropriadas duplamente: via dívida pública, que faz minguar políticas e redes de proteção sociais, e diretamente, pois, em função disso, muitas vezes, para (sobre)viver se veem reféns do crédito concedido com taxas elevadíssimas (porque representariam risco para as instituições financeiras), o que leva ao contínuo endividamento pessoal e familiar.

Nesse âmbito, não é factível supor que haja solidariedade, responsabilidade social ou parceria, a despeito da publicidade que as emula, mas mero interesse econômico-financeiro. Desafiar esse modelo de negócios e as finanças em geral passa por desconstruir também, por exemplo, a noção de crédito barato. Para tanto, basta comparar taxas de juros: as pagas na remuneração do FGTS ou da poupança (para ficar no básico) e aquelas dos consignados oficiais ditos baratos ou de empréstimos imobiliários mais acessíveis. Ao se fazer isso, creio que, provavelmente, ecoará a indignação e indagação: quem deve a quem?

5 Considerações finais

Para finalizar, retorno à interrogação no título para reiterar: não nos falta esta educação financeira *mainstream* que vem sendo tão propalada. Seu caráter moralizante, a obliteração de condições molares – políticas neoliberais, a impor precarizações crescentes, associadas a processos e serviços financeiros que operam expropriações – faz recair sobre os indivíduos a responsabilidade de haver-se com problemas econômico-financeiros decorrentes de tais condições, algo a se recusar em prol da busca por uma vida mais digna.

Isso não significa refutar a possibilidade e a importância de conhecer processos e desenvolver saberes, inclusive instrumentais, quanto às finanças, visto serem estratégicos para melhor manejar o que está posto na contemporaneidade. Contudo, há que se atentar para o fato de que o capitalismo, atualmente em sua dobra neoliberal-financeirizada, tem em seu DNA a produção de desigualdades e a capacidade de metamorfosear-se a partir das crises sistemáticas e resistências que gera, além de ser hábil produtor de promessas sedutoras. Portanto, torna-se fundamental ir além, discernir e marcar oposição àquilo que é acenado como oportunidades, mas redundam em sujeições – como contrair crédito para gerir insuficiências ou para acessar o desejado; investir, mesmo valores irrisórios, na expectativa de prosperar e alcançar independência financeira; empreender para ser livre, não ter amarras do emprego formal, etc.

Como transgredir e procurar fissurar as lógicas que vem nos empobrecendo, tanto financeira quanto existencialmente? O desafio à dominação, como pontuam Aguirre *et al.* (2024, p. 11), “coloca as práticas educativas no centro da luta política”. A educação, quando tomada em uma grade econômica, ata-nos a cálculos de custos, ganhos e perdas. Em outra perspectiva, sustentada por concepções e fazeres feministas, decoloniais e antirracistas, distancia-se do aprender obediência e passa a ser prática da liberdade (hooks, 2020). Nesse sentido, pode vir a minar o jogo capitalístico.

Neste ensaio, busquei traçar conexões entre estudos, tecer compreensões e levantar questões de modo a somar na produção de conhecimentos e práticas que, com base em miradas problematizadoras, próprias às perspectivas contra-hegemônicas, sejam desafiadoras, desobedientes em relação às finanças. Acredito na potência de projetos de educação financeira e experimentações econômicas alternativas que se desenvolvam e circulem em espaços de lutas, escolares, midiáticos etc., para provocar o pensamento sobre o nosso viver coletivo e diferencial. A aposta é que, iluminando, a partir do vivido no cotidiano, a tessitura de processos que afetam muitos em benefício de pouquíssimos, se abram questionamentos e novas afirmações, se forjem fazeres e sentires perturbadores ao capitalismo neoliberal financeirizado, se imaginem e coloquem em movimento outros modos de ser e habitar o mundo.

Referências

AGUIRRE, Eloisa *et al.* **Pedagogias feministas**. New York City: Sociedade Latino-Americana de Filosofia da Educação, 2024. Disponível em: https://www.lapes.org/_files/ugd/c3ccc5_f483b48269ea494d876e81960cbebe6c.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubu, 2022.

ANBIMA. **FInfluence**: quem fala de investimentos nas redes sociais. 3. ed. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/influenciadores-de-investimentos-3.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.



FEDERICI, Silvia; GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. **Quem deve a quem?** Ensaios transnacionais de desobediência financeira. São Paulo, Elefante, 2023.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAGO, Verónica. **A potência feminista**, ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HENNIGEN, Inês. Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social. **Revista Subjetividades**, v. 10, n. 4, p. 1173-1201, 2010. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/4965>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HENNIGEN, Inês. Endividado, devo: Governo da Vida pelas finanças. **Fórum Linguístico**, v. 16, n. 3, p. 3953-3965, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n3p3953>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HENNIGEN, Inês; BONAZZA, Gabrielle Lippert. Publicidade do Crédito: O que se vende junto com o dinheiro? **Barbarói**, n. 40, p. 222, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/228500543.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HENNIGEN, Inês; BORGES, João Paulo. Estigma moral e sofrimento psi: problematizando a individualização do superendividamento do consumidor. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 214-238, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844507013.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HENNIGEN, Inês; FOLETTO, Matheus Dalazen. Seja um investidor: plataformas financeiras, gamificação e produção de subjetividade. **Psi UNISC**, v. 7, n. 1, p. 197-219, 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/17910>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

KISTEMANN JR, Marco Aurélio. A financeirização de vidas ou por que precisamos de educação financeira? In: KISTEMANN JR, Marco Aurélio *et al.* **Ciclos da Educação Financeira no Brasil**. São Paulo: Akademy, 2024.

KRAWCZYK Nora; OLIVEIRA, Tatiana de. Quando a escola ensina a submissão financeira, **OutrasPalavras**, São Paulo, 01 set. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/quando-a-escola-ensina-a-submissao-financeira/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

OLIVEIRA, Tatiana. Sobre as bordas do território econômico, avança a dívida. *In*: RODRIGUEZ, Graciela (org.). **O sistema financeiro e o endividamento das mulheres**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020.

PURIFICAÇÃO, Tamires Torres da. **Educação Financeira numa perspectiva Antirracista**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Instituto de Matemática. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2022.

PURIFICAÇÃO, Tamires Torres da; COSTA NETO, Cleber Dias da. Por outra Educação Financeira. **Revista de Educação Matemática**, v. 21, 2024. Disponível em: <https://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/519>. Acesso em: 24 set. 2024.

RODRIGUEZ, Graciela. Sobre o endividamento: as vozes das mulheres. *In*: RODRIGUEZ, Graciela (org.). **O sistema financeiro e o endividamento das mulheres**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020.

RODRIGUEZ, Graciela; SARNO, Paula. Endividamento familiar e pandemia. *In*: FEDERICI, Silvia; GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. **Quem deve a quem?** Ensaio transnacionais de desobediência financeira. São Paulo: Elefante, 2023.

ROSA, Maurício; POWELL, Arthur. Cinema, Internet, Racismo e Mercado Financeiro. **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 17, n. 45, p. 1-25, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/19354>. Acesso em: 30 out. 2024.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda**: educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SACHS, Línlya; FERNANDES, Luzia de Fatima Barbosa. Senso comum sobre educação financeira na educação escolar em um veículo de imprensa. *In*: PAULUCCI, Eric Machado; OSORIO, Carolina Tamayo (org.). **Vidas inSURgentes na Educação Matemática**: diálogos decoloniais. São Paulo: Gradus, 2024.

SANT'ANNA, Denise Bertuzzi de. Hayek na praia. *In*: BUTTURI JR., Atilio *et al.* **Foucault & as práticas de liberdade I**: o vivo & os seus limites. Campinas, SP: Pontes, 2019.

SANTOS, Jean Carlos Almeida dos. Educação financeira no âmbito escolar: um estudo de revisão integrativa. **Revista Foco**, v. 16, n. 11, p. e2789-e2789, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2789>. Acesso em: 30 out. 2024.

SANTOS, Ticiane Lima dos *et al.* Mulheres e a educação financeira: uma revisão sistemática da literatura. **Contemporânea**, v. 3, n. 9, p. 14587-14609, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1666>. Acesso em 30 out. 2024.

SARAIVA, Karla Schuck. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, n. 66, p. 157-173, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/dCY3fwLdRBWdgSbmSfdS3sy/>. Acesso em: 15 set. 2023.

